

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM (FACL)
CURSO DE LETRAS-LÍNGUA PORTUGUESA 2015

JACIANE BARBOSA LOBATO

**O GÊNERO LIVRO DE LEITURA: UMA ANÁLISE FÍSICA DA
OBRA “O LIVRO DA FAMÍLIA” (1879 A 1933)**

ABAETETUBA-PARÁ

2019

JACIANE BARBOSA LOBATO

**O GÊNERO LIVRO DE LEITUR: UMA ANÁLISE FÍSICA DA OBRA “O
LIVRO DA FAMÍLIA” (1879 A 1933)**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Ciências da Linguagem da UFPA, Campus Abaetetuba, como requisito obrigatório para a obtenção de grau de Licenciatura em letras-Língua Portuguesa, sob a orientação da professora Doutora Raimunda Dias Duarte.

ABAETETUBA-PARÁ

2019

JACIANE BARBOSA LOBATO

O GÊNERO LIVRO DE LEITUR: UMA ANÁLISE FÍSICA DA OBRA “O LIVRO DA FAMÍLIA” (1879 A 1933)

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Ciências da Linguagem da UFPA, Campus Abaetetuba, como requisito obrigatório para a obtenção de grau de Licenciatura em letras-Língua Portuguesa, sob a orientação da professora Doutora Raimunda Dias Duarte.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Raimunda Dias Duarte

Orientadora UFPA

Examinador (a) UFPA

Examinador (a) UFPA

Defendido em: __/__/2019

Conceito: _____

ABAETETUBA

2019

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me dado saúde, força e disposição para superar as dificuldades enfrentadas no decorrer desses 4 anos na universidade.

À minha orientadora Raimunda Dias Duarte pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos, pela sua muita paciência e disponibilidade durante esse tempo de orientação.

Aos meus pais, pelo grande apoio que me deram, em sempre acreditar que eu poderia ir além. À minha filha, que sempre esteve ao meu lado, nos maus e bons momentos, que soube me compreender quando eu tinha que me ausentar para cursar a graduação.

Às minhas irmãs que também muito me apoiaram, dando-me o suporte necessário para a conclusão do curso.

À esta universidade por me dar o suporte necessário para minha permanência, abrindo as portas necessárias para meu crescimento e desenvolvimento.

A todos, que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, meu muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o gênero livro de leitura “O Livro da Família” como objeto físico. Para alcançar esse objetivo, pretende-se compreender o livro de leitura do ponto de vista do conteúdo temático, da construção composicional e do estilo e analisar as marcas que autor e editor deixam na obra para impor uma leitura centrada nas ideologias da igreja católica. “O Livro da Família” foi produzido em 1879 e publicado somente em 1930 em comemoração ao centenário do seu autor. O período de delimitação do estudo compreende o início da segunda metade do século XIX até 1889, ano de proclamação da república. A orientação teórico-metodológico do trabalho está ancorada nos pressupostos de Bakhtin (2010) e Chartier (1990). A análise do Livro da Família como objeto físico toma a obra como pertencente ao gênero textual livro de leitura. Do ponto de vista do estilo, a obra é escrita de acordo com a modalidade padrão da língua portuguesa. O conteúdo temático envolve orientação sobre os deveres domésticos segundo as normas do cristianismo. Na construção composicional, a obra é idealizada para um público específico, a saber os Diocesanos e a família brasileira. Ao longo da obra, é possível encontrar as marcas que autor e editor deixam, que envolve ideologias impostas ao leitor sobre o dever de praticar os princípios da fé e da religião para que seja formado no leitor o verdadeiro sentimento religioso nos moldes da religião católica.

Palavras-chave: Família, Brasil império, educação, catolicismo.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 06 |
| 1. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA OBRA “O LIVRO DA FAMÍLIA” | 08 |
| 2. A VIDA E A OBRA DE DOM MACEDO COSTA..... | 17 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO..... | 24 |
| 4. ANÁLISE D’O LIVRO DA FAMÍLIA COMO OBJETO FÍSICO..... | 27 |
| CONCLUSÃO..... | 41 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 43 |

INTRODUÇÃO

O período em que a obra de Dom Macedo Costa, ‘O Livro da Família’ (1879), foi produzida, durante o período do Brasil Imperial (1822 a 1889), foi marcado por grandes ameaças às raízes do catolicismo no Brasil, como o liberalismo, o racionalismo, o protestantismo e a maçonaria. Este foi um momento em que a família e a Igreja passavam por grandes ameaças espirituais.

Os problemas morais e espirituais que ameaçavam a constituição da família no período imperial, mostravam a real preocupação e necessidade do Bispo Dom Macedo Costa em publicar uma obra destinada ao ensino das doutrinas do catolicismo romano, a fé da igreja, as boas práticas do ensino religioso como arma de defesa aos ataques dos problemas modernos que a família e a igreja estavam enfrentando, mostrando a legalidade que as ideologias da igreja exerciam sobre a família, e a legalidade e autoridade que a família exercia sobre os filhos, em que os pais deveriam trabalhar para cumprir religiosamente o importante dever de instruir os filhos. É nesse contexto que o tema **“O gênero livro de leitura: uma análise física da obra ‘O livro da família’ (1879/1933)”** está inserida, mostrando como as ideologias inscritas na obra se davam com o objetivo de formar nas famílias um caráter baseado nos princípios do catolicismo.

Na obra, dá-se uma grande relevância à educação moral, espiritual e cívica, repassados da Igreja para os pais sendo estes responsáveis em instruir os filhos de acordo com os ensinamentos que a Igreja impunha. A obra foi produzida em 1879, contudo, a primeira edição só foi publicada em 1930 pelo Instituto Histórico geográfico do Brasil (IHGB), em comemoração ao centenário do nascimento do autor. A obra ficou em uma escuridão de mais de meio século, existindo apenas como manuscrito original. Foi impressa uma tiragem tão limitada (somente para tornar pública a obra), que não pôde transpor nem as raias da capital da República (COSTA, M., 1930, p. 8).

O objetivo geral da pesquisa é analisar a obra “O Livro da Família” enquanto gênero do discurso como objeto físico. Para alcançar esse objetivo, pretende-se compreender o livro de leitura do ponto de vista do conteúdo temático, da construção composicional e do estilo e analisar as marcas que autor e editor deixam na obra para impor uma leitura centrada nas ideologias da igreja católica.

Ao discutir “O Livro da Família”, fundamentamos a análise nos postulados de Roger Chartier (1990) e nos pressupostos de Bakhtin (2010). Chartier se empenha no seu projeto

intelectual sobre a história das práticas de leitura relacionadas aos objetos impressos e com os textos a que servem de suporte. Duarte (2018, p. 47) postula que para o trabalho de investigação do historiador, têm-se por um lado, o escrito conservador, fixo, durável, monológico e, por outro, as leituras que operam na ordem do dinâmico, do efêmero, do variável, do dialógico. Sendo assim, a leitura não está fixa, inscrita no texto por meio de sentido que lhe é imposto. Ela vai se constituindo na relação do leitor com o texto num processo dialógico. As contribuições de Bakhtin também são importantes para entender o gênero livro de leitura, mais especificamente o livro de leitura “O livro da família”

A metodologia de análise é documental e bibliográfica, apoiando-se a fontes documentais para o suporte da pesquisa e fontes bibliográficas em que os autores acima citados darão base ao trabalho. A análise será feita a partir da obra como objeto físico, buscando compreender a relação entre autor e editor na publicação e edição da obra, identificar os indicativos implícitos ou explícitos que Dom Macedo Costa inscreve na obra para produzir uma leitura de acordo com a sua intenção.

O livro foi produzido com o objetivo de ensinar e alertar as famílias católicas sobre as ameaças doutrinárias que estavam acontecendo no período imperial, para que estas cuidassem de ensinar seus filhos desde cedo segundo às práticas da igreja, razão pela qual o autor católico vê como sendo a única chance de acabar com as ameaças e problemas enfrentados pela família católica. O nome da obra já revelava possível conteúdo que seu autor ansiava ensinar: as virtudes das práticas religiosas na família. O conteúdo do livro traz preciosos ensinamentos sobre a vida familiar, admoestando as famílias a viverem com o ardor do catolicismo em seu cotidiano e a se compreenderem em mútua caridade.

Este trabalho se divide da seguinte maneira: no primeiro capítulo, investigaremos o contexto sócio-histórico de produção d’O Livro da Família, identificando o contexto social, religioso, econômico e educacional do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Na segundo capítulo, trataremos a respeito da vida e obra de Dom Macedo Costa e das contribuições do autor para a educação no Pará. Na terceiro capítulo, trataremos sobre a orientação teórico-metodológica em que está ancorado este trabalho, a saber: Os gêneros do discurso postulado por Bakhtin (2010) e a obra em sua materialidade física, ou seja, como suporte, através da História Cultural de Roger Chartier (1990). Na último capítulo, faremos a análise do livro de leitura “O Livro da Família” como objeto físico, buscando entender as ideologias presentes na materialidade física da obra implícitas e explícitas, compreender a relação autor/editor na produção e edição da obra, analisar o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo vinculados no gênero livro de leitura e que o caracteriza como tal.

1. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE PRODUÇÃO D'O LIVRO DA FAMÍLIA.

‘O Livro da Família’ foi escrito pelo punho de Dom Macedo Costa em 1879. Para o estudo, delimitamos a segunda metade do século XIX, até 1889, ano em que terminou o período Imperial e foi proclamada a República. Durante esse período, o Brasil passou por grandes mudanças nos cenários político, econômico, social, civil, educacional e, sobretudo, na relação Igreja-Estado, que é a principal preocupação do Bispo Macedo Costa, pois esta relação abarca a nota tônica do seu episcopado que é religião e civilização, a qual está diretamente ligada à influência que a igreja e o Estado exerciam sobre a educação cívica, moral e religiosa da criança. Para o autor, “É tempo de darmos ao ensino da civilidade christã o lugar importante que ele deve ocupar na educação domestica e publica”(COSTA, 1915 apud DUARTE, 2018, p. 163).

A posição do Bispo frente aos assuntos sobre educação de base doméstica e pública é pautada no ensino das doutrinas da Igreja, a qual é o princípio e a base da verdadeira civilidade, segundo o Bispo.

As ideologias da educação nacional, aqui no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, foi fortemente marcada pelo padrão da cultura da Europa, uma vez que esta é representada pela elite brasileira, em que o governo impõe-se como instituição dominante e usa a escola como foro privilegiado para aplicar as suas intenções educativas. No que concerne à produção do livro didático aqui no Brasil, há uma ideologia advinda do modelo europeu de educação que era pautado em ideologias iluministas e civilizatórias. Mas, havia outra ideologia que buscava desenvolver uma educação de base nacionalista, voltada para uma educação alicerçada nos pilares nacionais, com uma cultura própria, não importada da Europa, ou seja, uma educação em que as crianças e jovens refletissem o contexto histórico e social em que realmente viviam. (DUARTE, 2018, p. 141).

Dom Macedo Costa é um dos representantes da educação pautada no modelo europeu, não dando valor assim, à educação de cultura nacional. Isso se mostra, por exemplo, no *addendum* de sua obra “O Livro da Família”, o qual é apresentado em Francês. As vozes que se fazem ouvir nas obras do bispo são pautadas, principalmente, na cultura francesa (DUARTE, 2018, p. 141). Essa posição do bispo paraense em pautar a educação aqui no Brasil segundo os moldes europeus é sustentado através de toda sua formação intelectual e

religiosa advinda da Europa. A formação do povo paraense deveria pautar-se na moral e na civilização baseadas na cultura europeia.

A educação imposta pelo Império é o modelo que busca criar nos cidadãos a educação pautada no moralismo e no civismo, em que é necessário ensinar as virtudes das práticas religiosas. Contudo, nesse cenário, surge uma grande preocupação de se discutir os temas nacionais, tais como: a escravidão, a ocupação de terras, a economia do país, o racismo, dentre outros temas que faziam parte do contexto social do brasileiro. Para Duarte (2018, p. 142), José Veríssimo foi um dos grandes defensores de uma educação nacional que efetivamente tratasse de assuntos da nação brasileira. Para Veríssimo, a educação brasileira estava pautada com muita força no modelo de educação francesa, em que as disciplinas ensinadas nas escolas não eram voltadas para as questões do País (DUARTE, 2018, p. 143).

Nesse momento da história, o Império privilegiava a educação secundária e superior, que visava somente formar a elite, enquanto que a educação primária e profissional ficava em segundo plano. A educação profissional era tida como educação popular, voltada para os filhos de quem não tinha grandes recursos. Assim, o Estado não investia na educação popular, tornando o ensino primário e o profissional muito precários.

Aqui no Pará, José Veríssimo, Diretor da Instrução Pública no período de 1890 a 1891, trata seriamente da reforma da instrução pública no Estado. O educador critica o estado deplorável em que se encontra a educação no Pará, apontando as causas do grande problema, como por exemplo, a falta de atenção por parte do governo em relação às demandas da educação, pois as leis criadas estavam apenas na teoria, sem haver uma execução de fato (DUARTE, 2018, p. 145). A reforma da instrução pública foi debate em todo o país, culminado na criação de vários grupos escolares no país, que constituíram uma nova forma de escola primária, ou seja, uma organização escolar mais complexa, racional e moderna (DUARTE, 2018, p. 147).

Nas últimas décadas do período imperial, a Amazônia (naquele momento chamada de Província do Pará) passou por grandes mudanças e transformações de cunho econômico e social, uma vez que a *Belle Époque*, que perdurou entre 1890 e 1910, foi considerada uma era de ouro da beleza e inovação, que ficou caracterizado pela expansão e progresso tecnológico, científico e cultural (DUARTE, 2018, p. 291). Vários países, como França, Alemanha, Itália e Reino Unido, dentre outros, aproveitaram esse período para se desenvolver no âmbito econômico, tecnológico e cultural, chegando até a Amazônia. Na Amazônia, a *belle époque* foi alavancada pela riqueza proveniente da extração do látex da árvore *havea brasiliensis*. O período entre 1870 e 1910 foi uma época sem igual para Belém e Manaus, os

centros da economia da borracha. Belém tornou-se um centro comercial, financeiro e político da região, tornando-se o principal porto de escoamento da produção do látex (DUARTE, 2018, p. 291).

Para a consolidação do novo ciclo econômico, várias mudanças se fizeram necessárias. Precisava-se de mão-de-obra para extrair o látex, na época abundante na floresta Amazônica. Dom Macedo Costa era contrário à economia da borracha, pois acreditava “que quando os seringalistas utilizavam a população local como força de trabalho, contribuía para a desagregação destes indivíduos, uma vez que não ofereciam nenhuma sociabilidade e formação moral” (MARTINS, 2005, p. 46). A importação de mão-de-obra para a Amazônia, para trabalhar na agricultura também tornava-se preocupante, pois, para o bispo paraense, a presença de norte-americanos e suíços na Amazônia ou em outras partes do Império seria um grande problema, pois trariam a crença protestante para disseminar no país (MARTINS, 2005, p. 46). “Assim, a imigração seria porta de entrada para os ‘hereges’, tornando a Amazônia mais atrasada moralmente que outras regiões do Brasil” (MARTINS, 2005, p. 46).

Uma das críticas do bispo era aos comerciantes da Amazônia e ao modo como eles pensavam na utilização de mão-de-obra, já que sua única preocupação era manter os índios e ribeirinhos na ignorância e rusticidade do trabalho duro na floresta. Isso contrapunha com as ideologias abarcadas pela igreja de civilizar os povos amazônicos e ribeirinhos. Para o Bispo, a falta de fixação dos povos contribuía para a deformação social, já que a constituição de núcleos familiares estaria comprometida:

Emigra esta população cristã todos os anos na vazante das águas para rios mais ou menos remotos, em cujas margens assentam suas barracas, como os Árabes suas tendas, e ali se entranham todos os dias pela floresta atrás da cobiçada goma elástica e outros produtos (COSTA, 1884, p. 7 apud MARTINS, 2005, p. 46).

Nessa perspectiva, a corrupção e a exploração eram os únicos sentimentos cultivados pelos homens que dominavam a extração da borracha. Assim, o futuro da Amazônia estaria fadado ao declínio, pois os recursos advindos da extração da borracha só beneficiavam os seringalistas, enquanto os povos mais humildes que mais trabalhavam para enriquecer a elite, eram esquecidos e dominados pelo sistema dessa economia.

Dom Macedo Costa, em contrapartida, buscava apresentar projetos que incentivassem o apego ao solo, à agricultura, à vida sedentária, à organização familiar, imbuindo também os poderes públicos juntamente com o clero, para auxiliar na organização social (MARTINS, 2005, p. 47). Um dos projetos arquitetados pelo bispo paraense foi a construção de um navio-

igreja com o objetivo de levar a Boas Novas aos lugares mais remotos do Amazonas, onde as populações se deslocavam para a prática da extração do látex. Esse projeto ajudaria a igreja, na expansão da catequese, já que a extremidade geográfica abarcada pela diocese era muito extensa, tornando-se inviável a visita pastoral em todo esse território. Vemos o ardente desejo do bispo paraense em levar a luz do evangelho de Cristo aos ribeirinhos:

Ah, Senhor que se perdem infinitas almas remidas com o sangue de crhisto, por não haver quem os allumie com a luz da fé, havendo tants regiões nesse reino e tantas letras ociosas! Acuda sua Magestade, Senhor, e ainda Vossa Alteza, a este desamparo por piedade e crhstandade, e por escrúpulo de que também destas almas se há de pedir contas ao Rei de Portugal, e Vossa Alteza como príncipe do Brasil (COSTA, 1933, p. 28).

O bispo apelava para os políticos da província do Amazonas e para os comerciantes que investissem na construção do navio, argumentando que o serviço dos religiosos serviria à ordem social e mesmo à organização do trabalho na floresta (MARTINS, 2005, p. 50). O projeto não foi apoiado nem realizado.

Neste período da história no Brasil em que ‘O Livro da Família’ foi produzido e oferecido como um pequeno esboço aos seus diocesanos, a Igreja exercia grande poder sobre a nação, tanto política quanto religiosa. Duarte, (2018, p. 170) postula que a Igreja se tornou uma grande aliada do Estado nas missões de catequização dos povos da Amazônia, as quais assumiram um cunho político de doutrinação para o trabalho, por meio de um processo civilizatório, ao mesmo tempo em que fortaleciam as ideologias da Igreja e ampliavam o seu domínio na Amazônia. Dessa forma, a Igreja assumia um maior grau de autonomia e participação junto às decisões do Estado, em que a religião católica era a oficial do Império.

Na província do Pará, os que faziam parte da igreja assumiram vários cargos administrativos, como professores, diretores e visitantes da instrução pública da província do Pará e até presidentes de província (DUARTE, 2018, p. 170). No que concerne à educação, era de total interesse da parte dos cléricos a livre participação da igreja na educação de crianças, através do ensino religioso nas escolas públicas, visto que, a Igreja ansiava incutir na mente dos meninos, desde a mais tenra idade, a formação moral e cristã nos moldes da religião católica (DUARTE, 2018, p. 170).

Para Schueler (1999, p. 34), o público alvo do ensino primário e secundário público foi delimitado. Os indivíduos aptos a frequentarem as escolas primárias deveriam ter entre os 5 e 14 anos, e no caso do ensino secundário, entre 14 e 21. Através do regulamento da Instrução primária e secundária no município da corte, o acesso às escolas pelo Ministério do Império

era franqueado à população livre. Os escravos eram expressamente proibidos de matricularem-se nas escolas públicas. O caráter obrigatório e gratuito da educação primária, cujo currículo compreendia matérias como leitura, escrita e aritmética, doutrina cristã, geografia e história pátrias, expressava o reconhecimento legal da necessidade em instruir a população livre por parte dos dirigentes do Estado Imperial. A instrução pública determinava que o ensino primário era suficiente às camadas pobres, enquanto o ensino secundário não era de caráter obrigatório, em que este e o ensino superior era exclusivo e privilégio das classes senhoriais (SCHUELER, 1999, p.35).

Como visto anteriormente, a Igreja católica exercia grande influência e autonomia na educação. O ensino religioso e a doutrina cristã faziam parte da grade curricular da instrução primária. A Igreja fazia questão de exercer absoluta participação no processo de civilização e educação moral e intelectual das crianças. O bispo do Pará, “preocupava-se sobremaneira em procurar formar o cidadão probo” (COSTA, 1933, p. 33). Dessa forma, o educador lutava contra as influências de certas doutrinas francesas que corriam devassamente em todo o Brasil, “as drogas gálicas, mais mortíferas que os venenos dos Chalcos, de tais doutrinas era o principal repertório das obras de Volney” (COSTA, 1933, p. 33). Volney foi um dos primeiros autores franceses a questionar a historicidade de Jesus, e foi através de um ensaio de Filosofia Histórica que Volney prevê a união final de todas as religiões através do reconhecimento da verdade subjacente comum a todas. Uma das obras que influenciaram diretamente a educação política das primeiras gerações do Brasil independente foi “Lei Natural ou Catecismo do Cidadão Francês”, de Volney (1793).

Dom Macedo Costa reprovava os projetos liberais de secularização do ensino porque, para ele, nas escolas laicas somente poderia ser ensinado a imoralidade e a subversão de valores, (DUARTE, 2018, p. 172). Para o bispo, a instrução liberal traria decadência humana, principalmente no que diz respeito à moral. Para o bispo, “o ensino religioso sustentado na religião católica, diminuiria mazelas sociais como a violência, o crime, a corrupção, embriaguez, o divórcio, dentre outras mazelas sociais” (COSTA, 1877 apud DUARTE, 2018, p. 172).

A Igreja católica no Brasil passou por mudanças significativas, principalmente na segunda metade do século XIX, em que se insere o episcopado de Dom Macedo Costa. Essas mudanças aconteceram no período chamado de romanização, em que Roma assumia controle total sobre o clero, buscando com isso acabar com o regime do padroado (DUARTE, 2018, p. 171). No Brasil, havia dois tipos de padres de conduta político-religiosa, segundo Duarte (2018, p. 170): o primeiro tipo eram os padres tradicionais, que se constituíam da herança dos

jesuítas, cuja formação religiosa é oriunda do Brasil colonial, assentada no regime do padroado. O termo padroado sugere “proteção”, “tutela” neste conceito tem-se a concessão dos papas a monarcas considerados grandes católicos e profundamente comprometidos com os interesses da Igreja. Dessa forma, havia a concessão de privilégios e a reivindicação de direitos a esses padres, invocando ao Estado a qualidade de protetor das missões eclesiásticas aqui no Brasil. Durante o governo Imperial, a Igreja brasileira sofreu interferências do poder político, como por exemplo, a nomeação de vários representantes eclesiásticos em troca de salários. A aproximação entre Igreja e o Estado em virtude do padroado, criava uma total dependência desta com o império. Em Portugal, por exemplo, havia um acordo entre o papa e o monarca, denominado padroado régio, em que o papa dava ao rei um poder muito grande nos assuntos religiosos.

O segundo tipo de sacerdote é constituído pelo modelo de espiritualidade francesa, a qual tem uma completa fidelidade ao Pontificado Romano. O modelo é o diocesano, visto que, o clero assume função fundamental. É dessa ala que faz parte Dom Macedo Costa. Os Diocesanos promoveram um grande movimento de reforma católica, com foco na liberdade e autonomia da Igreja e na defesa dos direitos dela (DUARTE, 2018, p. 174). Isso os colocava como defensores da supremacia da autoridade do papa e conduzia à estratégia de sacralizar os locais de culto e as festas em homenagem aos santos. Essa era a suprema vontade da Igreja: Fortalecer, através da romanização, a supremacia papal no Brasil. Contudo, Azzi (1982, p. 24) argumenta que Dom Macedo Costa como um ultramontano _ grupo de pensamento católico conservador, ortodoxo e tradicional defendia a doutrina católica como detentora do poder espiritual e acaba por afastá-la dos efetivos problemas da fé popular; portanto, assume uma posição antiliberal e opõe-se a qualquer ideia de participação popular. Para o prelado, “na Igreja, cabe aos bispos traçar os rumos a seguir, devendo os cristãos prestar-lhes sempre obediência” (AZZI, 1982, p. 24).

Era a Igreja que, ao exercer grande poder e influência sobre a comunidade, assegurava a ordem social, visto que, fazia-se uma troca promissora entre ela e o Estado: de um lado, o Estado precisava de alianças com a Igreja para fortalecer seu poder de intervenção e coesão social e de outro, a Igreja dependia dos recursos do Estado para promover sua proposta de evangelização (DUARTE, 2018, p. 175). A ordem social acontecia por meio da evangelização e da civilização dos povos. Assim acreditava o clérigo católico. Para Dom Macedo Costa, a manutenção da ordem social advinha através da educação e da instrução, tanto secular quanto religiosa. O prefaciador da segunda edição do livro de leitura sob análise postula que Dom Macedo Costa foi um defensor da educação moral e cívica, enfatizando que a moral pública

se acha no Evangelho, verdade a qual Dom Macedo Costa faz questão de proclamar: “Sempre terei por guia a Revelação Evangélica que não veio abolir, mas preencher a religião natural, base da Moral Pública (COSTA, 1933, p. 32).

Antonio de Macedo Costa foi considerado um influente e importante educador. As suas obras tencionavam instruir as crianças e as famílias brasileiras nos moldes da religião católica. Vê-se nos enunciados abaixo, d’O livro da família, o seu anelo pela educação do povo:

Foi, no entanto como ele próprio o declara, em meio de ocupações absorventes viagens e cuidados do officio pastoral, que pude levar a presente obra a cabo de impressão. E assim as demais. E em Roma, após os trabalhos do Concílio do Vaticano que mette mãos ao resumo de *Historia Biblica*, datado de *Steinerberg*, a 8 de setembro de 1870. No mesmo anno de 79 em que assignou em Belem a 22 de Maio, festa da Ascensão, o prologo do “*Livro da Familia*”, subscrevera no dia 03-festa da Santa Cruz, o seu “*Compendio de Civilidade Christã*”, que em nova edição ainda hoje tem leitores. O traço comum de todos esses trabalhos, é, como se vê, a sua alta finalidade educativa (Prefácio de Vilhena de Moraes. In. COSTA, 1933, p. 30).

O discurso do educador estava em consonância com a educação nacional atrelada aos moldes da educação europeia. Ele acreditava que os indivíduos ignorantes só seriam transformados em cidadãos esclarecidos através da educação. As suas obras eram revestidas de ideologias religiosas, o que envolvia a missão de doutrinar espiritualmente e moralmente a nação, especialmente a Amazônia paraense. O plano era construir um navio-igreja para evangelizar as comunidades ribeirinhas, conforme se lê a seguir:

D’ahi, o lindo sonho do Navio-Igreja ou Cathedral Flutuante- o chamado “*Christoforo*” que deveria conduzir, placidamente, entre as luzes do altar, as cores vivas dos paramentos, o bimbalar alegre dos sinos e o perfume do incenso, JESUS CHRISTO, em pessoa, através do imenso pelago amazônico (COSTA, 1933, p. 29).

No texto acima, vemos o desejo ardente do bispo de levar às famílias paraenses não só a educação secular, mas, primordialmente, o ensino das práticas religiosas, como forma de amenizar os problemas espirituais que assolavam a época e manter a ordem social. O seu projeto de navio-igreja não deu certo, por falta de apoiadores.

As lutas do grande bispo paraense em impor as ideologias católicas sobre o povo tiveram resultados significativos. A maioria de suas obras eram revestidas de ideologias da Igreja, a maioria de cunho escolar que alcançavam muitas pessoas. Mas, na década de 1870, durante o seu governo episcopal, o bispo paraense enfrenta a chamada “Questão Religiosa” em que, numa disputa ideológica dos prelados do Pará (D. Macedo Costa) e de Pernambuco (D. Vital Lima), contra a maçonaria, o bispo suspende as funções religiosas de algumas

Confrarias e Irmandades que aceitaram a maçonaria mas que continuavam professando o catolicismo (DUARTE, 2018, p. 163).

Lustosa (1992, p. 140) descreve a maçonaria da seguinte maneira: “a maçonaria é um grande templo, (repetimos o que é geralmente sabido) como outrora foi o de Roma, quedá hospedagem a todos os deuses. Eles todos não constituem mais do que um só- o nosso Pai Celestial”. Esse era o conceito que todos sabiam sobre a maçonaria, porém, de forma superficial. Até mesmo o Imperador do Brasil, que se dizia católico, não via nenhuma mentira quanto à seita maçônica: “Nisso é que vai o engano. A maçonaria entre nós é uma sociedade que nada tem de contrário à religião. O que eu acho mau é que ela seja secreta; mas não é irreligiosa” (AZZI, 1992, p. 56). Nesse diálogo entre o imperador e o bispo do Pará, Dom Macedo Costa se posiciona contra a maçonaria:

Perdoe-me Vossa Majestade, nós pensamos inteiramente o contrário. A maçonaria do Brasil é a mesmíssima maçonaria que se acha espalhada pelas cinco partes do mundo. São os mesmos princípios, as mesmas práticas, os mesmos meios de ação. A única diferença é que no Brasil poderá haver muito maior número de maçons que ignoram os princípios da seita e que só estão lá por encher número. Mas a seita em si, aqui como em toda a parte, é fimestíssima. (AZZI, 1982, p. 56).

Segundo Azzi (1982, p. 56), seguiram-se depois os sucessivos atritos na questão religiosa durante o período de 1872 a 1875, em que cada vez mais o governo passou a defender as posições da maçonaria contra as atitudes do episcopado, a tal ponto de se chegar ao processo e condenação dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa.

Duarte (2018, p. 164) enfatiza que, a “Questão Religiosa” teve um papel importante para a Proclamação da República, pois dividiu a nação brasileira em dois grandes grupos, aqueles que apoiavam os bispos e, conseqüentemente a Igreja católica, e aqueles que se manifestavam a favor do governo. O que de fato desencadeou a crise na igreja foi o fato de ela própria estar dividida, pois dentro dela havia muitos padres e irmãos que aceitaram a maçonaria.

Duarte (2018, p. 181) postula que a Igreja no Brasil sempre se manteve ao lado do regime Imperial até a queda deste. Esta conduta foi marcada por questões político-econômicas e também pela concepção religiosa de Estado, que se caracterizava como cristão. Com a proclamação da República, porém, “o bispo do Pará assumiu logo uma atitude realista e procurou que a Igreja pudesse sobreviver vitoriosamente à mudança política” (AZZI, 1982, p. 21). Em sua estada no Rio de Janeiro, para cuidar da saúde, Dom Macedo Costa tratou da situação da Igreja com o novo governo e fez vários contatos com Rui Barbosa, quando este

estava elaborando o decreto que iria legitimar a separação entre o Estado e a Igreja, a fim de que o documento constituísse numa “proposta que fosse admitida pela Igreja Católica” (AZZI, 1982, p. 22).

O bispo foi muito sensato ao aceitar pacificamente a separação da Igreja com o Estado. Pretendia não só evitar conflito com o Estado, visto que era inevitável esse encaminhamento político, mas também criar a possibilidade de que a posição política do Estado fosse revista quando se julgasse conveniente (DUARTE, 2018, p. 182). Contudo, Duarte (2018, p. 183) argumenta que a separação entre a Igreja e o Estado não se efetivou nem no papel. A influência nos negócios dos Estados Nacionais continua a vigorar e tende a se fortalecer a cada dia.

No próximo capítulo, falaremos sobre a vida e obra do grande bispo paraense, seus feitos, suas obras e algumas das suas contribuições para a educação.

2. A VIDA E A OBRA DE DOM MACEDO COSTA

Antonio de Macedo Costa nasceu no Engenho de Nossa Senhora do Rosário de Copioba, em Maragogipe, na Província da Bahia, no dia 7 de agosto de 1830. Seus pais eram José Joaquim de Macedo Costa e Joaquina de Queirós Macedo. Segundo Lustosa (1992, p. 18), o chefe dessa abençoada família era de espírito profundamente religioso. Em sua casa a doutrina cristã era vivida. Os filhos tinham no pai um modelo vivo a imitar.

Em 1848, Antônio de Macedo Costa ingressou no seminário de Santa Tereza, na Bahia. Bem cedo já começou a brilhar entre seus colegas e já se divisava nele, algo da glória que mais tarde o esposou (LUSTOSA, 1992, p. 20). Continuou seus estudos eclesiásticos na França: estudou no Seminário de São Celestino, em Bourges, no período de 1852 a 1854, Mons. Estudou, também, no Seminário de São Sulpício, em Paris, de 1854 a 1857 (DUARTE, 2018, p. 120). Em pouco tempo, ganhou o jovem brasileiro a confiança dos seus superiores de tal forma que, no ano seguinte, foi encarregado do famoso “Catecismo de Perseverança”. Era um curso de doutrina católica para as moças das melhores famílias. Macedo Costa, como em tudo mais, deu ótima conta do recado (LUSTOSA, 1992, p. 21).

A 20 de dezembro de 1856, recebeu a ordem sacra de subdiaconato, em junho do ano seguinte foi ordenado diácono (LUSTOSA, 1992, p. 23). Aos 27 anos, Macedo Costa foi ordenado ao presbiterato numa cerimônia realizada no dia 19 de dezembro de 1857, pelo Cardeal Arcebispo de Paris, Francisco Nicolau Marlot (LUSTOSA, 1992, p. 23). Depois, seguiu para Roma, pois seu desejo era consolidar seus estudos lá, almejava acima de tudo, pôr seu espírito em contato com a terra empapada do sangue dos mártires, na capital do Cristianismo (LUSTOSA, 1992, p. 23). Ao retornar de Roma, o Dr. Antônio de Macedo Costa a princípio dedicou-se ao magistério. Lecionou no Ginásio Baiano, que era dirigido pelo Barão de Macaúbas, Dr. Abílio Cesar Borges, e no Liceu de Salvador. Por esse tempo (1860), publicou sua primeira obra: Pío IX, Pontífice e Rei (DUARTE, 2018, p. 120).

Entretanto vagara a diocese de Santa Maria do Grão Pará. Havia nesse tempo o direito do padroado pelo qual a Coroa apresentava à Santa Sé os candidatos ao episcopado. Macedo Costa Foi consagrado bispo do Pará numa cerimônia realizada na Capela Imperial de Petrópolis. Conta-se que que D. Pedro II ficou vivamente impressionado ao ouvir pregar o P. Antônio de Macedo Costa, que realmente impressionava pela sua eloquência e saber, e sem levar em conta a sua pouca idade e os poucos anos de sacerdócio do brilhante orador, apresentou-lhe o nome para a vaga no Pará (LUSTOSA, 1992, p.25).

Em meados de 1889, o bispo do Pará foi para o Sul do país para restabelecer-se de sua saúde. Sua fama crescera muito junto ao Governo Imperial na última década, a ponto de seu nome ter sido indicado, por sua cultura e zelo pastoral, como futuro cardeal do Brasil (AZZI, 1982, p. 46). Depois de quase trinta anos da nomeação como bispo do Pará, no dia 16 de junho de 1890, D. Macedo Costa foi nomeado para a Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Tomou posse do Arcebispado da Bahia por meio de procurador. Recebeu o pálio arquiépiscopal das mãos de Dom Lino Deodato, na catedral de São Paulo. Segundo Lustosa (1992), Dom Macedo Costa só foi depois de morto à sua nova sede. Acabou por falecer em Barbacena, Minas Gerais, no dia 20 de março de 1891. O chefe do estado maior da Armada mandou preparar o vapor “Comandante Freitas”, para levar o cadáver à Bahia. E lá na catedral repousaram os restos mortais de Dom Antônio de Macedo Costa, considerado um dos maiores, senão o maior homem do Brasil do século XIX (LUSTOSA, 1992, p. 580).

Duarte (2018, p. 204) descreve seis livros que D. Macedo Costa escreveu ao longo do seu episcopado, são eles: Deveres da Família, O Livro da Família, Amazônia: meio de desenvolver a sua civilização, História Bíblica, Narrações Bíblicas e Compêndio de Civilidade Cristã. Também são encontramos documentos oficiais escritos pelo autor, artigos de jornais, cartas e ofícios. Como formador de opinião, o intelectual recomendava leitura de livros bíblicos e de padres para as famílias católicas, como Lacoirdare e Lamennais, os quais tinham suas obras publicadas no jornal “A Estrela do Norte” (DUARTE, 2018, p. 201).

O jornal “A Estrela do Norte” foi criado por Macedo Costa como um instrumento de comunicação com o objetivo de falar e expor suas ideias romanizadoras ao povo, (COSTA e FRANÇA, 2015, p.4). Duarte (2018, p. 201) afirma que o jornal também publicava poemas, crônicas religiosas, cartas ao público, anedotas, parábolas bíblicas, sermões, etc., todos de cunho moral e pedagógico, voltados para as ideologias da igreja católica. Martins (2005, p. 58) postula que Dom Macedo Costa recomendava livros para as famílias da Diocese do Grão-Pará, principalmente os bíblicos, ao mesmo tempo em que fazia sérias críticas aos romances, pois acreditava que esse tipo de literatura poderia degenerar os jovens da sociedade paraense, principalmente as “moças de família”.

Segundo Martins (2005, p. 20), “os livros de Dom Macedo Costa traduzem vontades e projetos para modificar o relacionamento humano no mundo, não em qualquer mundo, mas no universo “burguês”, referente sempre presente em seus escritos” Esse chamado mundo “burguês” estava no imaginário de Macedo Costa. O autor possuía uma ideologia moralista, cujos valores vinham de uma sociedade Europeia civilizada. No entanto, ele tentava incuti-la no Brasil, ou melhor, na Amazônia Paraense (MARTINS, 2005, p. 20).

Uma das obras de cunho moral e regras conjugais que o bispo escreveu foi a obra “O Livro da Família”. A Bíblia, em algumas de suas passagens, constitui elemento da análise do bispo sobre comportamento sexual dos indivíduos, fundamentalmente da mulher (MARTINS, 2005, p. 21).

A obra *Deveres da Família*, criada em 1875, tenciona desenvolver nas famílias, princípios da caridade cristã e da doutrina católica. O público visado pelo autor são as mães, as esposas, as filhas e outras pessoas, que porventura, se abrigassem no “teto paterno”. (DUARTE, 2018, p. 205). A obra defende valores da família, a moralidade, as verdades que a Bíblia sagrada ensina, como: casamento monogâmico, ou seja, união entre um homem e uma mulher apenas, indissolúvel, em que este precisa ser “até que a morte os separe” e heterossexual, em que o matrimônio é dado entre um homem e uma mulher, ensinando os deveres que estes precisam cumprir dentro do matrimônio. Também é importante destacar que esta obra ensina e alerta sobre a importância de se ensinar os valores e deveres da religião desde cedo aos filhos. Alerta também sobre a conduta dos pais tida como espelho para os filhos: “os seus bons costumes são poderoso estímulo para a verdade, são normas pelas quais modelarão os filhos e servos seu procedimento” (COSTA, 1900 apud DUARTE, 2018, p. 205). O autor também trata dos deveres dos filhos para com os seus pais, dos deveres dos senhores para com os seus servos e domésticos e vice-versa.

Na obra *Amazônia: meio de desenvolver sua civilização*, D. Macedo Costa apresentou seus planos sobre a “civilização católica” que pretendia desenvolver na “Região Amazônica”, assim como os projetos de colonização e educação (MARTINS, 2005, p. 45). Um dos projetos é a construção de um Vapor-Igreja, uma espécie de templo flutuante, para a evangelização dos povos do interior da Amazônia (DUARTE, 2018, p. 208). Esse livro foi publicado em 1884, era fruto de uma conferência que o bispo fizera em Manaus, quando ainda essa região pertencia à Diocese do Grão-Pará (MARTINS, 2005, p. 45). O autor critica os comerciantes que utilizavam os ribeirinhos e índios como mão-de-obra para o trabalho pesado na floresta sem se preocupar em levar instrução a esses trabalhadores. Assim, o bispo pensava na importância “da ação pastoral no sentido de trabalhar na recuperação moral e intelectual dos povos” (MARTINS, 2005, p. 45) e elevar o nível intelectual (mão-de-obra) especializada e moral dessas pessoas, com o fim de produzir resultados econômicos.

A obra *História Bíblica*, oferecida às escolas e às famílias brasileiras, se constitui de narrativas do velho e do novo testamento. Por meio dessas narrativas, o clérigo busca incutir mais fundo na imaginação e na memória dos meninos os fatos representados na história. Duarte (2018, p. 209) postula que a obra foi avaliada por um fiel católico, diretor da instrução

pública no Pará, o professor Joaquim Pedro Corrêa de Freitas. A avaliação do livro por Freitas deu passe livre para que fosse utilizado nas escolas, considerado adequado para a mocidade pela doutrina, pelo método, assim sendo, o avaliador o indicou como leitura nas escolas.

Dom Macedo Costa foi um gênio das letras, um educador respeitado a nível nacional. Teve uma notável participação nos projetos educacionais no Pará, onde exerceu seu bispado, trazendo grandes contribuições para a educação do povo paraense. A seguir, trataremos sobre isso.

✓ AS CONTRIBUIÇÕES DO AUTOR PARA A EDUCAÇÃO NO PARÁ

Ao chegar no Pará, nomeado como Bispo, Dom Macedo Costa encontrou graves problemas educacionais e estruturais, por exemplo: a diocese local, segundo ele, era pobre e sem recursos, por isso, precisava do apoio financeiro do Império (DUARTE, 2018, p. 134). As escolas de catecismo foram criadas durante o bispado de Dom Macedo aqui no Pará para fortalecer o ensino da religião católica. O público alvo eram meninos e meninas de famílias pobres e a própria comunidade familiar. Os “povos selvagens” também eram alvos da catequização (DUARTE, 2018, p. 135).

Um das preocupações de urgência do bispo paraense era a de enviar à Europa alguns moços que pareciam dotados de vocação sacerdotal (LUSTOSA, 1992, p. 27). O bispo pretendia preparar sacerdotes doutos que viessem depois lecionar no seminário de Belém. Aqui vê-se a grande preocupação do bispo em formar sacerdotes bem aparelhados nas disciplinas e ricos de espírito a fim de que seus futuros alunos também se tornassem dignos ministros de Deus. Esses sacerdotes seriam os futuros professores dos seminários que visavam alcançar as crianças e os jovens de famílias pobres.

Duarte (2018, p. 183) postula que os projetos pedagógicos do bispo paraense envolviam temas primordiais como: o apego ao solo e à propriedade, a prática da lavoura sedentária, a estrutura e o relacionamento positivo entre a família e o trabalho, a preservação da família em que seus valores sempre teriam que ser transmitidos de pais para os filhos, a administração e zelo pela justiça, zelo e respeito pela religião, entre outros temas.

As implementações dos projetos eram todas de caráter eclesiástica, em que o clérigo propunha sempre medidas que fortaleciam a educação de base católica, fortalecendo a educação diocesana. Dentre as medidas propostas pelo clérigo, constavam: criação de políticas de catequização tanto na cidade quanto nas regiões distantes da província, investimento na instrução dos jovens e da família, investimentos na excelência intelectual e na

autonomia dos seminários e criação e/ou fortalecimento de instituições técnicas e de asilo (LUSTOSA, 1992). A maioria dos projetos de educação e civilização de Dom Macedo Costa estavam centrados no melhoramento da diocese, dos asilos, dos seminários e na catequese, visto que esses instrumentos seriam o ponto de partida para a catequização do povo. Sobre a catequese, principalmente nas regiões inóspitas, D. Macedo defende que “Policiar os povos selvagens por meio da Religião é o grande ponto, para onde devem convergir às vistas de todos aqueles, a quem corre o dever de promover os melhoramentos sociais” (COSTA, 1863 apud DUARTE, 2018, p. 184).

Duarte (2018, p. 189) enfatiza a importância que Dom Macedo Costa dava à educação secundária, já que era porta de entrada para o ensino superior, para atender à elite paraense. Com isso, buscava a atenção do governo para a necessidade de mais investimentos nas escolas secundárias eclesiais, chamada por ele de pequenos seminários, fazendo de tudo pra que elas estivessem em pé de igualdade com os melhores colégios do império.

Ainda na educação do Grão-Pará, a Igreja também criou mecanismos para frear os projetos liberais, que tinham como uma de suas metas secularizar o ensino (MARTINS, 2005, p. 104). Para a infância, a Igreja postula uma formação baseada nos estudos clássicos, para isso a instrução consistia no ensino de História Sagrada, Filosofia, Retórica, Geografia, Latim, Francês e Português. Os autores que os alunos dos seminários deveriam ler e que seriam, segundo o bispo, importantes pra a formação filosófica destes, eram: Bossuet, Fénelon, Malebranche, Cartesio, Leibniz, Lacordaire, dentre outros. A sugestão dessas leituras para os alunos dos seminários combinava com os mandamentos do bispo para formação do futuro prelado, que eram, entre outras coisas, a sua intelectualização e o exercício da retórica (MARTINS, 2005, p. 109).

Não só os habitantes da cidade paraense tinham que ter assistência religiosa e educacional, mas também, e principalmente, os das regiões inóspitas, através da catequização. Duarte (2018, p. 184) afirma que, para o fortalecimento da religião, foram criadas escolas de catecismo, cujo objetivo principal era a evangelização das crianças e jovens, tencionando formar neles “verdadeiro sentimento religioso” nos padrões do catolicismo. No que diz respeito ao investimento na instrução de crianças desde os mais tenros anos, o clérigo abordou e ensinou através de várias obras, uma das quais foi “O Livro da Família”. O educador mostrou a importância de instruir os filhos desde os mais tenros, formando desde cedo neles o “verdadeiro sentimento religioso”:

É ir fazendo já descer sobre essas plantinhas ainda tenras os orvalhos da doutrina celeste. Uma criança de seis anos não raciocina ainda, mais é já o homem que começa. O menino não reflete ainda, não discorre, mas já sente muito, vê muito, observa muito. É uma cêra em que todas as formas se imprimem com uma facilidade espantosa. Ai dele se as primeiras impressões forem errôneas e viciosas! (COSTA, 1933, p. 148).

A Igreja também fomentava a instrução dos “desvalidos”. Propôs “a criação de colônias agrícolas subsidiadas financeiramente pelo governo e geridas pelos sacerdotes” (MARTINS, 2005, p. 146). Martins (2005, p. 153) postula que, para a ideologia dominante, a brutalidade dos povos amazônicos era responsável pelo atraso e subdesenvolvimento. Para que o desenvolvimento econômico-social na província fosse plenamente realizado, era preciso civilizar o homem local (DUARTE, 2018, p. 188). Os projetos de criação de colônias agrícolas, encabeçados pelo clero, atenderam a esses fins civilizatórios e contribuíram, também, para a criação de mão-de-obra especializada para atender os negócios econômicos da elite local (DUARTE, 2018, p. 188). A Igreja criou e/ou apoiou várias instituições, sendo elas: os Seminários de Santo Antônio e Filial, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, o Asilo Santo Antônio, a Escola de Artes e Ofícios e o Instituto Industrial e Agrícola Providência.

O Colégio Nossa Senhora do Amparo se tornou um grande estabelecimento de ensino no episcopado de Dom Macedo Costa (DUARTE, 2018, p. 192). Essa instituição se destinava a educação moral, literária e doméstica das moças órfãs e pobres, e meninas índias (MARTINS, 2005, p. 138). Duarte (2018, p. 193) afirma que, além de aprenderem a ler e escrever, essas alunas deveriam aperfeiçoar-se nos afazeres do lar, a fim de que pudessem encontrar um esposo da mesma classe social ou trabalhar em casas de família. Assim, essas meninas estariam prontas para tal encargo, além também de poderem frequentar os cursos de escola normal. Dom Macedo Costa acreditava que através da instrução religiosa e secular se alcançaria a verdadeira civilidade e modéstia.

O Asilo Santo Antônio também foi um asilo de órfãs e desvalidas que funcionava nos moldes do Colégio Amparo, foi criada por Dom Macedo Costa em 1871 (DUARTE, 2018, p. 193). O plano de estudo do asilo consistia no ensino de leitura, gramática portuguesa, história sagrada, catecismo e aritmética. Ao mesmo tempo, as alunas aprendiam tarefas de donas de casa (DUARTE, 2018, p. 194).

A Escola de Educando Artífices foi uma importante instituição apoiada por Macedo Costa. Destinada ao órfão e ao filho do pobre para a educação primária e a aprendizagem de diferentes artes e ofícios (DUARTE, 2018, p. 194). Formar mão-de-obra especializada para

atender à elite era um dos objetivos da instituição. Muitos alunos, ao se formarem, eram enviados às indústrias; outros, aos sertões, aos campos, levando conhecimentos científicos aprendido na escola (DUARTE, 2018, p. 195).

O instituto Industrial e Agrícola Providência foi outro estabelecimento instituído por Dom Macedo Costa para preparar meninos para diferentes ofícios (MARTINS, 2005, p. 145). Duarte (2018, p. 196) diz que esse instituto foi criado para meninos indígenas e órfãos desvalidos da região do Pará e Amazonas, com o objetivo de instruir e civilizar os índios. Esse instituto era subsidiado pela província. As atividades proporcionadas aos meninos constavam de aprendizado das artes e da agricultura (DUARTE, 2018 p. 160). Criar oficinas católicas e provê-las de tudo parecia ser um meio de educar, desde a infância, operários sinceramente católicos (LUSTOSA, 1992, p. 498) e, desta forma, prevenir que eles se desviassem da doutrina católica. Além das aulas de ensino primário, no instituto também funcionava as oficinas de ferreiro, maquinista, marceneiro, carpinteiro, serrador, alfaiate e trabalhos de pequena lavoura, cujos produtos abasteciam a capital da província (DUARTE, 2018, p. 197).

Os projetos de civilização e educação do bispo paraense foram muito importantes na formação moral do povo paraense. As contribuições do intelectual para a educação no Pará foram tão grandiosas que ele foi o autor do discurso pronunciado na solene inauguração da biblioteca pública Arthur Viana, fundada na província do Pará no dia 25 de março de 1871. O discurso está hoje em um caderno de 16 páginas, registrada no acervo da mesma biblioteca, doada pela professora M^a Júlia R. Chaves.

No próximo capítulo, falaremos sobre as orientações teórico-metodológicas a qual está ancorada este trabalho, a saber: Os gêneros do discurso postulado por Bakhtin (2010) e a obra em sua materialidade física, ou seja, como suporte, através da História Cultural de Roger Chartier (1990).

3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: CHARTIER E BAKHTIN

Neste capítulo, faremos uma discussão das teorias de Chartier (1990) e Bakhtin (2010), para entendermos a obra “O Livro da Família” sob ambas as perspectivas teóricas.

Para Chartier, é

necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor (CHARTIER, 1990, p. 127).

É na materialidade física da obra, ou seja, no texto como suporte, que também são encontradas marcas históricas, ideológicas e sociais decisivas na compreensão e interpretação do sentido de uma obra e que, dependendo das formas tipográficas e ideológicas que o autor/editor usam para impor seu pensamento a um determinado grupo social, sugere dois posicionamentos distintos por parte do leitor: a sua completa aceitação ou sua recusa (CHARTIER, 1990, p. 137).

Chartier tem como principal objeto de estudo “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p. 16 e 17). A história cultural postulada por Chartier é concebida como a história da construção de sentidos. Ela rompe com as ideias de que os textos têm um sentido único, absoluto e aponta para as práticas plurais que dão significado ao mundo (CHARTIER, 1990, p. 28).

Os diferentes suportes linguísticos, conceituais e afetivos, ao se cruzarem em uma determinada época, constituem as diferentes maneiras de pensar e sentir. É através desses suportes que se estabelecem as práticas comuns de uma comunidade. Através dos elementos tipográficos, como por exemplo, estrutura do texto, texto impresso na contracapa, tipos de letras, dentre outros, é possível identificar as ideologias que atravessam esses elementos impressos ou suporte (DUARTE, 2018, p.89), pois, o texto pressupõe um suporte que o dá a ler (CHARTIER, 1999, p. 127)

Os editores, assim como os autores, deixam suas marcas na obra. Há, portanto, uma relação entre autor e editor na produção e edição da obra. O autor e o editor almejam um leitor ideal. Contudo, Chartier argumenta que não existe texto ideal, abstrato, estável, justamente porque a compreensão do texto depende das formas pelas quais ele chega ao seu leitor. Temos como exemplo, O Livro da Família, que é dotado de ideologias voltadas para os interesses da

igreja católica, a qual exercia grande influência no tipo de educação dada e oferecida ao povo. Entretanto, a compreensão da obra depende dos sentidos dados à ela, mesmo que autor e o editor tenham forjado um tipo de leitor ideal propício a receber e aplicar as instruções doutrinárias advindas da igreja.

E tal o intento, que levei em vista publicando este Livro da Família. Quem o ler até o fim, ainda que de ânimo prevenido contra as doutrinas da igreja, há de confessar que mui ditoso seria, se tivesse esposa e filhos cumpridores de todas essas regras e preceitos [...] h se um só pai ou uma só mãe de família achar nestas paginas, uma luz, um incentivo para cumprir com mais fidelidade e gosto os mais sublimes deveres de seu cargo, já não dei por mal logrado este meu humilde trabalho (COSTA, 1933, p. 4).

A produção d'O Livro da Família mostra muito bem a intenção de legitimar as ideologias religiosas do catolicismo romano sobre as famílias, uma vez que estas eram consideradas instituição sagrada e que eram de total responsabilidade da igreja a sua formação moral.

As contribuições de Bakhtin, por sua vez, são importantes para se pensar uma concepção histórica de leitura, visto que o ponto chave dos pressupostos Bakhtinianos é que o discurso é dialógico, dinâmico e se constitui sócio, histórico e culturalmente (BAKHTIN, 2010, p. 263). As análises de Bakhtin têm como princípio de análise o Dialogismo, cujo eixo é a linguagem, concebida como um produto histórico, social e cultural. Cada comunidade de leitores, num momento e lugar determinados, comporta seus gestos específicos, seus próprios usos do livro, seu texto de referência etc. Então, são os próprios leitores que constroem o significado de um livro. Sendo assim, mesmo que o autor e editor de uma obra tentem construir um leitor ideal, “os sentidos de um texto lido são atribuídos historicamente, conforme o modo de sua recepção, de suas leituras” (DUARTE, 2018, p. 78).

Considerando os postulados de Bakhtin para a compreensão dos processos sócio-históricos e culturais d'O Livro da Família como objeto físico (suporte), o autor defende que:

O autor de uma obra só está presente no todo da obra, não se encontra em nenhum elemento destacado desse todo, e menos ainda no conteúdo separado do todo. O autor se encontra naquele momento inseparável em que o conteúdo e a forma se fundem intimamente, e é na forma onde mais percebemos a sua presença (BAKHTIN, 2010 p. 399).

Esse conjunto que agrega forma e conteúdo evoca a noção de gênero, porque cada campo de utilização da língua, elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os

quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN 2010, p. 262). Os gêneros do discurso estão vinculados a situações típicas da comunicação social. O gênero tem uma natureza sócio-ideológica e discursiva. Bakhtin (2010) defende que a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifirme atividade humana.

Os gêneros discursivos se caracterizam por conteúdo temático, construção composicional e estilo. O conteúdo temático não é apenas o assunto específico de um texto, mas refere-se a um domínio de sentido a que se ocupa o gênero (DUARTE, 2018, p. 67). A construção composicional é o modo como o texto está organizado, ou seja, o modo de construção do texto e, por fim, o estilo caracteriza-se por uma seleção de meios linguísticos. Segundo Bakhtin (2010) todo estilo está indissociavelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados: os gêneros do discurso.

Bakhtin (2010) classifica os gêneros discursivos em primários (simples) e secundários (complexos). Os gêneros primários estão relacionados à contextos da comunicação mais espontânea (conversas instantâneas, piadas); já os gêneros secundários surgem na condição de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado e são predominantemente escritos (livros didáticos, sessão de júri, crônicas, artigos científicos etc).

A obra sob análise tem uma função social, ou seja, foi usada pelos diocesanos, os quais eram responsáveis por ensinar as práticas do catolicismo romano para o povo, especialmente às famílias paraenses, a fim de promover o ensino das doutrinas da fé católica ao povo. A obra se enquadra no gênero discursivo livro de leitura, inserido num contexto sócio, histórico e cultural bem delimitado que envolve o período imperial no Brasil.

As ideologias inscritas pelo autor n'O Livro da família revelam o objetivo de impor crenças e costumes. A obra foi produzida com a finalidade de doutrinar moral e espiritualmente as famílias brasileiras que, segundo o entendimento do autor, estavam passando por grandes problemas que ameaçavam acabar com os princípios do catolicismo.

No próximo capítulo, trataremos sobre a análise física d'O Livro da Família, do ponto de vista do autor/editor, discutindo o gênero discursivo do ponto de vista da construção composicional, do conteúdo temático e do estilo.

4. O LIVRO DA FAMÍLIA COMO OBJETO FÍSICO

‘O Livro da Família’ ou ‘explicação dos deveres domésticos segundo as razões do cristianismo’ é um livro de capa dura que mede 18cm de altura e 12 de largura. É considerado um livro médio e de fácil circulação. O nome da obra já sugeria todo o conteúdo que Dom Macedo Costa pretendia ensinar: as doutrinas religiosas na família.

Figura 01: capa d’O Livro da Família



Fonte: *O Livro da família*, segunda edição de 1933, editora Vozes.

A obra foi produzida em 1879, tendo sido publicada só em 1930, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quando a irmã de Dom Macedo Costa resolve doar todos os seus manuscritos ao instituto, que pelo aniversário do centenário do nascimento do autor o instituto resolve publicá-lo (MARTINS, 2005, p. 23). No que concerne à editora de publicação da primeira edição da obra, a saber, o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), é a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil, fundado em 21 de outubro de 1838. Presente no Brasil há 174 anos, o IHGB, caracterizou-se por múltiplas atividades referentes às áreas cívicas e culturais, reunindo um importante e valioso acervo de dados bibliográficos, de arquivística, museológicos, cartográficos, hemerográficos e iconográficos. O IHGB foi apresentado ao público como um meio de expurgar dos erros e das informações distorcidas a história do Brasil que vinha sendo produzida interna e externamente (PASCHOAL, 2013, p. 2).

Utilizamos, neste trabalho, um exemplar da segunda edição, publicada em 1933 pela editora Vozes, dois anos depois da publicação da primeira edição, não utilizamos a primeira edição da obra para desenvolver este trabalho, pois a primeira edição foi limitadíssima, não sendo possível nos apropriarmos da referida edição. A obra possui 350 páginas, contendo: capa, contracapa, folha de guarda, folha de rosto, prefácio, *Addendum*, razão da obra, destinatário, corpo principal da obra dividido em dezenove capítulos, epílogo e sumário.

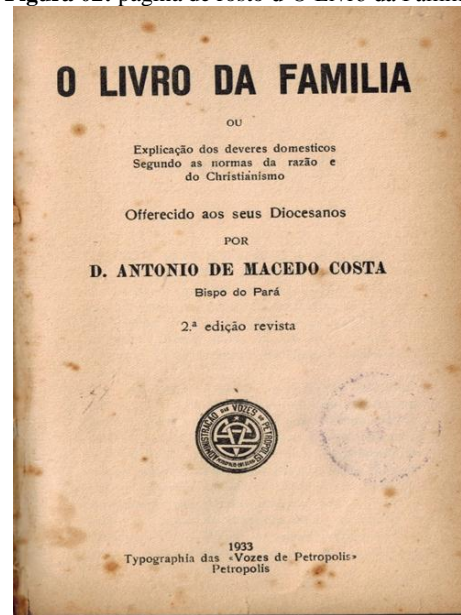
A obra foi reconhecida como livro de leitura destinado ao ensino das famílias nos moldes do catolicismo romano (DUARTE, 2018, p. 129). Na obra, Dom Macedo Costa busca alertar as famílias católicas brasileiras sobre os problemas de ordem moral, social e religiosa que a Igreja e o Estado estavam passando, tencionando ensiná-las a viver piedosamente segundo as práticas do catolicismo romano. A obra mostra como as famílias deveriam posicionar-se nos aspectos moral e religioso frente às grandes mudanças que estavam acontecendo no país as quais ameaçavam destruir e destituir os princípios que as famílias católicas viviam e que passavam de pai para filho.

A notoriedade da obra, escrita pelo punho de Dom Macedo Costa é tão grande que se esgota em pouquíssimo tempo, emprestando, dessa forma, ao autor, a honra de ser reconhecido como um intelectual muito importante e influente. É importante destacar também que a credibilidade da obra pôde ser firmada pelo estreito vínculo que D. Macedo Costa mantinha com a educação. Segundo (DUARTE, 2018, p. 225), o autor criou/apoiou importantes instituições educacionais. Além disso, a formação intelectual do autor o credencia como autoridade na área educacional, considerando que o Bispo era Doutor em Direito Canônico, tendo tido sua formação intelectual em várias universidades da Europa (DUARTE, 2018, p. 225).

Ao analisarmos a obra como livro de leitura, entendemos que a função social dos livros de leitura possibilita que o **conteúdo temático**, a **construção composicional** e o **estilo** desse gênero discursivo o caracterizem como tal.

No que concerne ao **conteúdo temático**, O Livro da Família visa a explicação dos deveres domésticos segundo as normas do cristianismo. Na folha de rosto, o autor define claramente o objetivo maior da sua obra:

Figura 02: página de rosto d'O Livro da Família



Fonte: “O livro da Família”, segunda edição de 1933, editora Vozes.

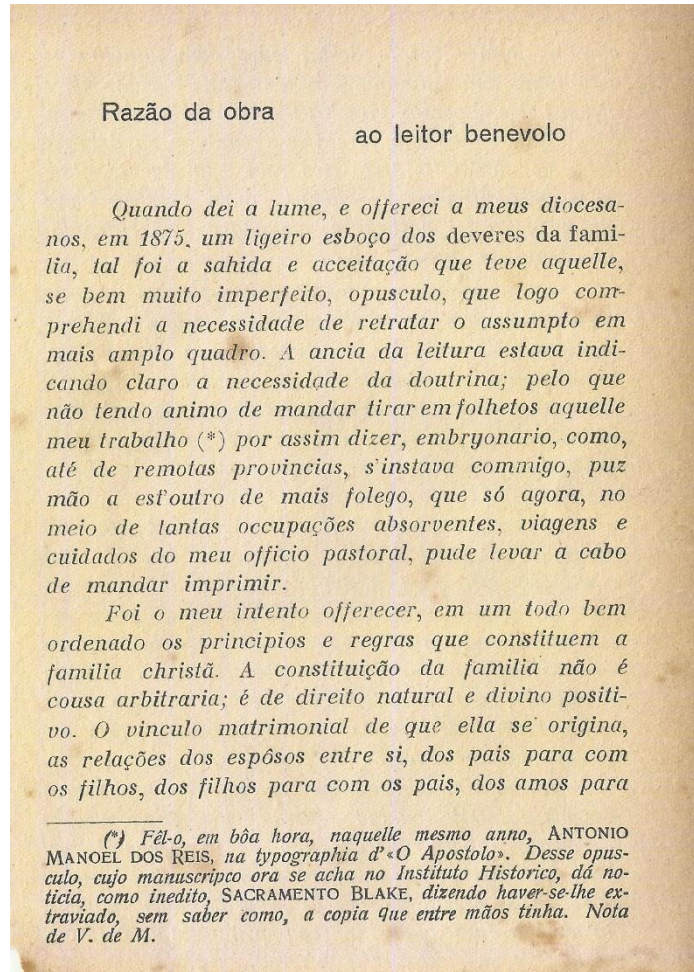
Este objetivo que agrega o conteúdo em que o autor da obra aborda está centralizado na explicação dos deveres domésticos segundo as normas do cristianismo, esses deveres deveriam ser ensinados pelos diocesanos às famílias brasileiras e estas deveriam colocar em prática os ensinamentos advindos da igreja.

Para o bispo, as reformas que estavam acontecendo, principalmente na transição do Império para a República, em que várias áreas estavam sofrendo transformações, como a área econômica, social, educacional e principalmente religiosa, era relevante atentar para a família. Essa era a preocupação maior do clérigo, que vê a importância de qualquer reforma iniciar pela família.

Na época em que a obra foi produzida, grandes transformações estavam acontecendo no Brasil, transformações decisivas para o estabelecimento ou afrouxamento dos ensinamentos advindos da igreja católica, a qual era religião oficial do império (DUARTE, 2018, p. 181). Nesse período, a autoridade e autonomia da igreja estavam ameaçadas com o novo sistema de governo que estava prestes a ser implantado no Brasil e que, em 1889, viria a se firmar: a República. Com isso, o catolicismo deixaria de ser a religião oficial, trazendo assim, abertura para outras religiões consideradas hereges para o catolicismo, como o protestantismo por exemplo. Não só as religiões, mas também pensamentos modernos e liberais faziam com que Macedo Costa se preocupasse em difundir os princípios do catolicismo ao povo, sustentando seus argumentos em vários clérigos, como Lamennais e Lacordaire, que combatiam religiões e pensamentos que ameaçavam a boa formação familiar (MARTINS, 2005).

Logo após o addendun da obra, o autor faz uma dedicatória aos leitores benévols, dando a perceber de forma explícita a aceitação do seu discurso por parte de um possível autor benévolo, ou seja, um sujeito apto a obedecer as instruções da igreja:

Figura 03: “O Livro da Família”, razão da obra.



Fonte: “O Livro da Família”, segunda edição de 1933, editora Vozes

Nesse processo dialógico entre autor e leitor, Dom Macedo Costa tenta impor ao leitor “ideal” seu discurso. Esses leitores benévols são todos os que estão no círculo familiar: pais, filhos, parentela e os servos. Daí as instruções na obra “O Livro da Família” abarcar todos esses, como se vê no enunciado abaixo:

O vinculo matrimonial do que dela se origina, as relações dos esposos entre si, dos pais para com os filhos, dos filhos para com os pais, dos amos para com os domésticos, e destes para com aqueles: o complexo em suma, dos deveres, das obrigações e officios dos diversos membros dessa sociedade admirável que se chama família (COSTA, 1933 p. 2).

Dom Macedo Costa, como bispo e educador, que tem como nota tônica religião e civilização (DUARTE, 2018), faz questão de produzir uma obra de cunho moral, pedagógico e doutrinário, que ensine as boas práticas do cristianismo católico dentro das famílias. Ele acredita que a educação vem de dentro de casa, quando os pais são realmente piedosos e vivem as verdades ensinadas pela Igreja. Os pais tornam-se modelos para os filhos, por isso a obra era destinada à família e por isso, também, as propostas do clérigo católico de educação não abranger somente crianças e jovens, e sim as famílias.

Segundo Martins (2005, p. 111), ao pensar na instrução para as famílias, a ideia da Diocese era colocar sobre a mulher o dever de educar o homem. Ela seria responsável pelo fracasso ou êxito humano, já que em suas mãos está a educação das crianças. Vê-se no seguinte trecho d'O Livro da Família:

Oh mães cristãs! Madruga com vossa obra. Logo que vossos meninos começarem a falar, ensina-lhes os doces nomes de Jesus e Maria! Têm mais influência do que se pensa, nessa tenra idade, as palavras, os conselhos, as exortações piedosas que elas colhem dos lábios inspirados de sua mãe. As grandes almas, como já dissemos, formam-se nessas irradiações de amor e da fé. (COSTA, 1933, p. 151)

Dessa forma, vemos como a presença da mãe na educação dos filhos é extremamente necessária. Para o bispo, quando a mãe “não corrige seus nascentes vícios: quando o menino faz em pedaços os brinquedos, se atormenta ou acena a seus irmãos e amigos, se mofa de seus superiores, e naturais são seus caprichos, suas pirraças e raivinhas” (COSTA, 1933, p.149) - “aí está o segredo da desmoralização do homem, nessa lacuna fatal de seis anos”! (COSTA, 1933, p. 149).

No entanto, tanto o pai quanto a mãe deveriam servir de modelo para seus filhos:

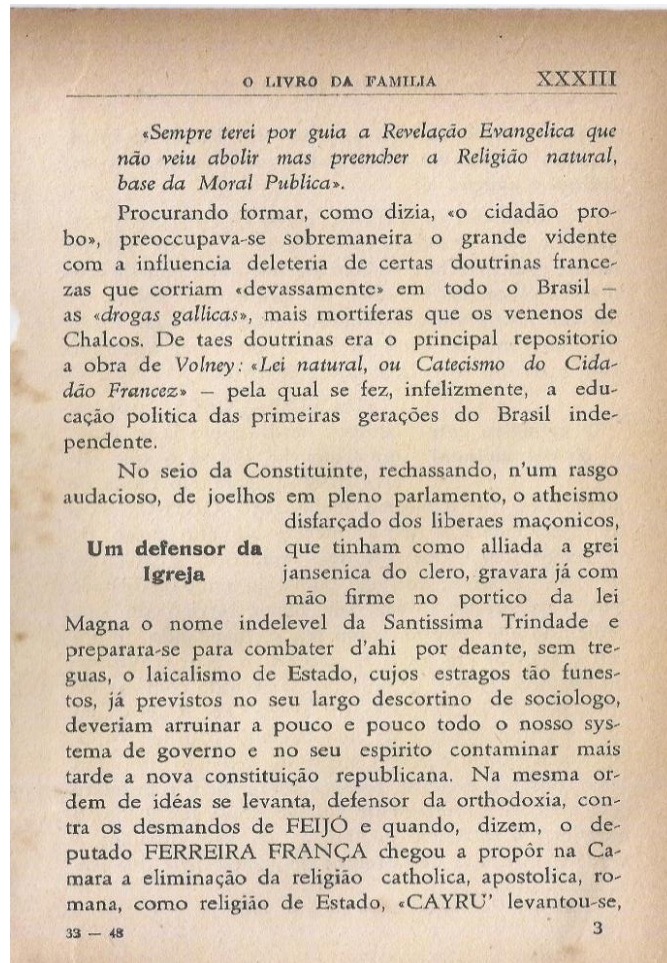
É esta a segunda geração, a geração espiritual, na qual os pais são mais ainda pais do que na primeira. Na primeira geram o corpo, na segunda, o espírito; na primeira transmitem uma vida terrestre que só deve durar até a morte; na segunda, uma vida celeste que deve durar tanto quanto a eternidade. Não cuidem, pois, ter cumprido sua missão só com dar a vida material aos filhos, só com ministrar-lhe o que comer e o que vestir; só com grangear-lhes certas vantagens exteriores que lhes deem crédito na sociedade, não, isso não é tudo, é meia paternidade; falta a parte principal que é a educação. Falta formar o espírito e o coração destas crianças, falta imbuí-los desde os mais tenros anos nos ditames da moral e da religião. Falta ir-lhes corrigindo com brandura e firmeza as inclinações viciosas; falta dar-lhes o amor do trabalho, da honestidade e do dever; falta em fim, formar homens, homens como devem ser, superiores às próprias paixões e caprichos; (COSTA, 1933, p. 152)

Para o bispo, a família deveria seguir toda a instrução advinda da igreja, pois, “o afrouxamento da educação religiosa, em tenra idade, converteria os homens em pervertidos,

degenerados e criminosos” (MARTINS, 2005, p. 111). Os pais tinham o dever de instruir os filhos desde os mais tenros anos.

Para Macedo Costa, as maiores reformas na nação só teriam eficácia se primeiro começassem pela família. Nesse período de grandes reformas, principalmente na área religiosa _ já que a posição da igreja enquanto religião oficial do estado estava ameaçada _ no entendimento do religioso, o país ficaria suscetível à entrada de várias doutrinas perversas em que se alastrariam principalmente na família, doutrinas mortais. No texto abaixo, Vilhena de Moraes, o prefaciador da obra “O Livro da Família” dá créditos e fundamentos à fala e posição do Dom Macedo Costa quanto à ameaça da posição da igreja em combater doutrinas perversas que se alastrariam no país com a chegada do novo sistema de governo. Para o prefaciador, ao defender os pensamentos do bispo paraense, não só na nação se alastraria doutrinas perversas, mas sobretudo a nova constituição republicana seria contaminada, como por exemplo o laicismo do Estado. Observa-se abaixo na imagem:

Figura 04: “O Livro da Família”, página 33



Fonte: “O Livro da Família”, segunda edição de 1933, editora Vozes

Entre as doutrinas consideradas perversas que envolviam grandes ameaças espirituais, estavam o liberalismo, o racionalismo, o protestantismo e a maçonaria, doutrinas e religiões essas que preocupavam o bispo paraense e a igreja católica no Brasil. Sobre o liberalismo, a igreja era contra as bases do pensamento liberal pois envolvia liberdade de culto e expressão, o registro e o casamento civis, a separação entre Estado e igreja, a liberdade de todas as religiões e o laicismo¹ na educação (DUARTE, 2018, p. 172). Era um projeto dos liberais tornar a educação laica, em que a igreja não teria poder de influenciar o ensino. Para o bispo, a instrução liberal traria decadência humana, principalmente no que diz respeito à moral. Para o bispo, “o ensino religioso sustentado na religião católica, diminuiria mazelas sociais como a violência, o crime, a corrupção, embriaguez, o divórcio, dentre outras mazelas sociais”(COSTA, 1877 apud DUARTE, 2018, p. 172). É nesse contexto que Dom Macedo Costa reforça as ideias católicas de educação, criando projetos e fortalecendo as bases educacionais católicas.

No que concerne ao casamento, o Estado queria tornar a união entre homem e mulher uma responsabilidade apenas civil, e não mais religiosa. Para a igreja, essa era uma atitude que feria diretamente o sacramento da família, já que esta é de vontade e soberania divina (AZZI, 1982, p. 20 apud DUARTE, 2018, p. 180). Então, caberia à igreja o ato de celebrar e abençoar o matrimônio, dando a esse bases sólidas de instruções tanto aos casais quanto aos filhos.

O protestantismo, para a igreja, era considerado “fermento de morte” que levaria a família e a nação ao abismo da perdição. Todas essas questões que ameaçavam a autoridade e autonomia da igreja no Brasil eram combatidas pelo clérigo católico, haja vista a religião católica ser a oficial do Brasil, em que, de acordo com o bispo, não havia espaço e nem aceitação para outras religiões. Contudo Azzi (1982, p. 24 apud Duarte 2018, p. 173) afirma que o bispo paraense, ao defender a religião católica como detentora do poder e da religião oficial da nação, afasta o povo de qualquer decisão importante, assumindo uma posição antiliberal, opondo-se a toda ideia de participação popular junto as decisões da Igreja, cabendo ao povo somente obedecer, por isso, se justifica a grande preocupação do autor em escrever a obra:

¹ O laicismo é um conceito que denota a ausência de envolvimento religiosos em assuntos governamentais, bem como a ausência do governo em assuntos religiosos. Aqui no Brasil, com o advento da república o Estado deixou de ser confessional passando a ser um Estado laico. Sendo assim, os poderes executivo, legislativo e judiciário, em todos os seus níveis estão proibidos constitucionalmente de professar, influenciar, favorecer, prejudicar e financiar qualquer vertente religiosa. desta forma, independente da quantidade de fiéis, empo de existência, ou do patrimônio que uma igreja possua e todas as manifestações ou credos, gozam de igual proteção do Estado laico. (SOUZA, 2017, P. 2).

Levei em mira inculir nas almas nestes tempos em que doutrinas perversas os atacam, os rejeitam, os vilipendiam, como mofenta herança dos séculos de obscurantismo (COSTA, 1933 p. 2).

A questão religiosa² provoca divisão na igreja, pois, muitos padres abraçam a maçonaria, alguns bispos continuam afetivamente ligados à situação privilegiada da Igreja, enquanto outros lutam por combatê-la. O governo passa a defender as posições da maçonaria contra as atitudes do episcopado, a tal ponto de se chegar ao processo e condenação dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa (MARTINS, 2005, p. 12). Nessa época, a igreja católica mantinha ainda como tese oficial a doutrina da união entre os dois poderes, civil e eclesiástico. De um lado, como bispo católico, não poderia sustentar uma tese contrária ao ensino tradicional da igreja; por outro lado porém, estava ele mesmo mais do que consciente do fracasso do regime de união de igreja-Estado, mantido até o presente no Brasil (AZZI, 1982, p. 8). Nesse discurso de Macedo Costa vemos que não há mais nada a se fazer quanto a separação Estado-igreja: “A igreja é indiferente as todas as formas de governo. Ela pensa que todos podem fazer a felicidade temporal dos povos, contanto que este e os que os governam não desprezem a religião” (AZZI, 1982, p. 8).

Era urgente, então, a necessidade de publicar uma obra destinada ao ensino das doutrinas do Catolicismo romano, da fé da igreja, das boas práticas do ensino religioso como arma de defesa aos ataques dos problemas modernos que a família e a igreja estavam enfrentando, mostrando a legalidade que as ideologias da igreja exerciam sobre a família, e a legalidade e autoridade que a família exercia sobre os filhos, em que, os pais deveriam trabalhar para cumprir religiosamente o importante dever de instruir os filhos.

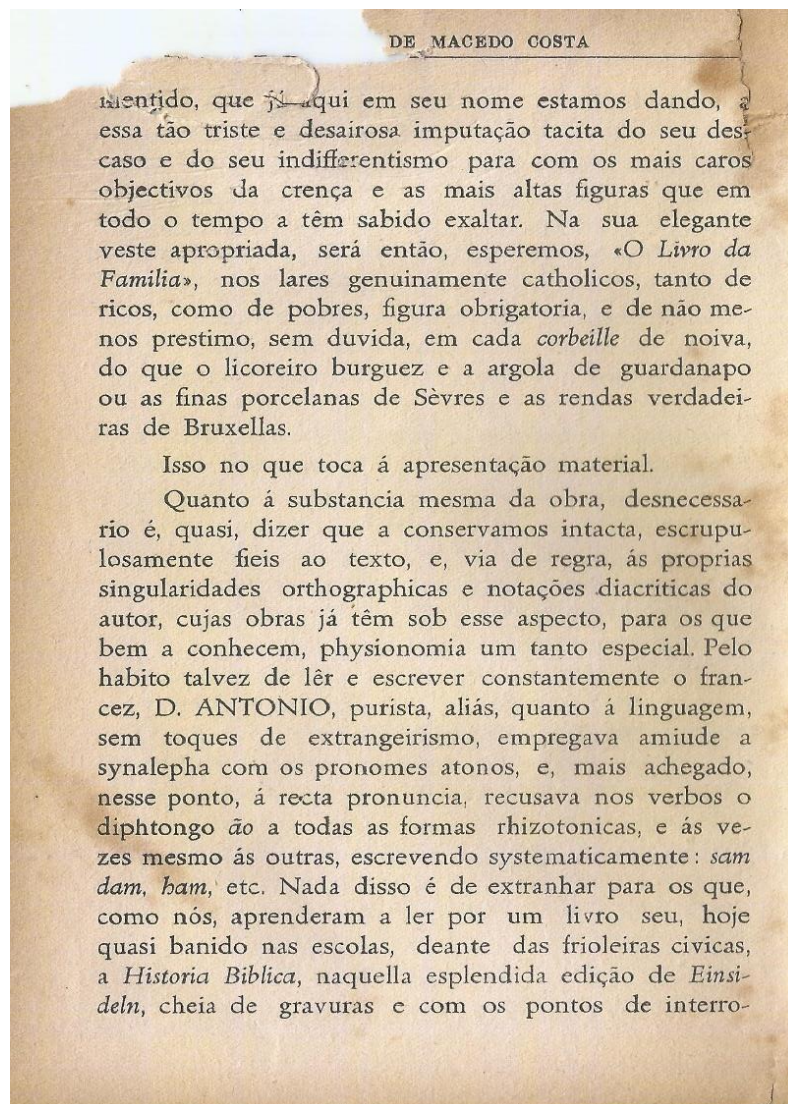
No que concerne ao **estilo**, a obra “O Livro da Família” está construída nos padrões da normatização oficial, com uma linguagem mais elaborada, ou seja, o livro de leitura faz parte do grupo de gêneros secundários, o qual está inserido em um contexto de comunicação cultural mais complexo. “O Livro da Família”, por ser aprovado pelo Conselho de Instrução pública do Pará para ser usado na instrução religiosa e moral das famílias como livro de

² A questão religiosa foi um conflito ocorrido no Brasil na década de 1870, que foi iniciado com o enfrentamento entre a igreja católica e a maçonaria e contra a secularização, em que o episcopado brasileiro observou prontamente as orientações da Santa Sé atuando em defesa do poder espiritual e temporal da igreja no Brasil. A questão evoluiu centrada na atuação dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa, ardentes defensores do catolicismo ultramontano, que opuseram-se ao beneplácito régio e orientaram os párocos das suas dioceses a lutarem contra a presença de maçons em irmandades e associações da igreja, além de negar-lhes os sacramentos. Até serem julgados por incorrerem em culpa de desobediência civil, sendo presos e forçados a trabalhos forçados. A questão religiosa é considerada um dos fatores que precipitaram a queda do regime imperial brasileiro. (COELHO e ROMERA, 2016, p.115).

leitura, passava por uma forma de controle e avaliação que exigia que esse gênero discursivo fosse elaborado segundo o padrão da normatização oficial (DUARTE, 2018).

Antônio de Macedo Costa, mesmo sendo formado nos moldes da cultura francesa e importando de lá um modelo de educação para o Brasil, usa uma linguagem “purista”, como se vê no segundo parágrafo da página 24 (abaixo), da obra analisada. O autor não se utiliza de estrangeirismo. Usa a linguagem de acordo com a norma padrão da língua:

Figura 05: “O Livro da Família”, página



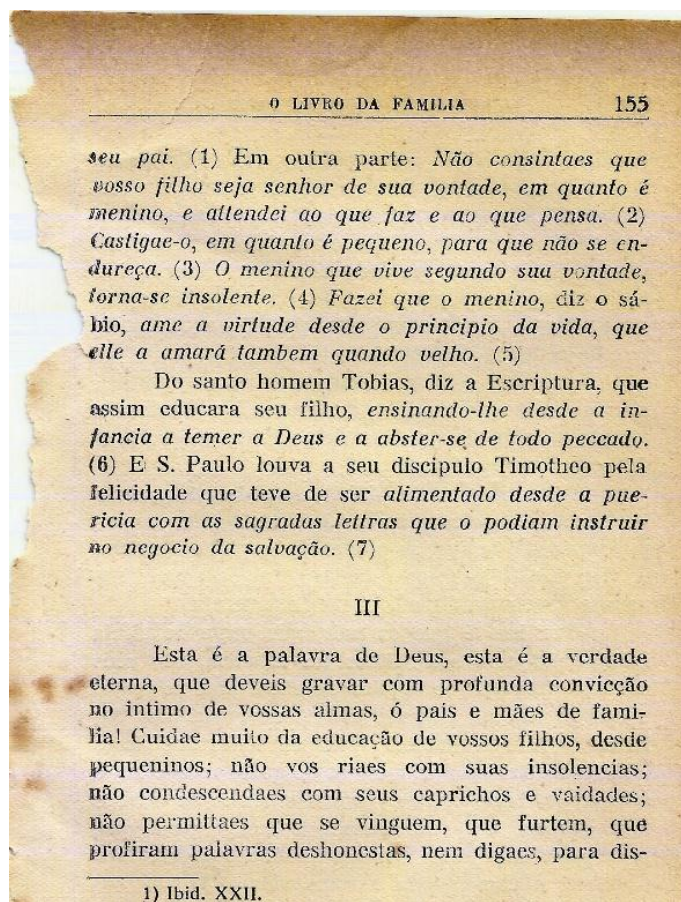
Fonte: “O Livro da Família”, segunda edição, 1933, editora Vozes.

O estilo de Antônio de Macedo Costa era bem singular, o prefaciador da obra descreve algumas características estilísticas próprias do autor, como por exemplo, a retirada do ditongo [ÃO] em formas como [SÃO, DÃO e HÃO], escrevendo sistematicamente nas

formas: [SAM, DAM, HAM]. Essa era uma das características de estilo próprias do bispo paraense. O prefaciador da obra descreve que essas formas não eram de se estranhar, pois ele mesmo aprendeu a ler através de obras do autor.

O livro em análise é constituído no contexto da ideologia oficial, cujo estilo da linguagem obedece às normas da língua padrão da época, como por exemplo, o tempo verbal era bastante marcada pela segunda pessoa do plural [DEVEIS, FAZEI], conforme texto abaixo:

Figura 06: “O Livro da Família” capítulo 10 página 155



Fonte: “O Livro da Família”, segunda edição de 1933, editora Vozes

Nota-se a linguagem empregada nos padrões da normatização oficial, com pronomes formais da língua, como por exemplo o pronome ‘VOSSOS’ se referindo a FILHOS. O pronome possessivo em destaque concorda com a segunda pessoa do discurso (plural ‘vós’).

Do ponto de vista da **construção composicional**, o autor da obra transmite seu discurso através de textos longos, divididos por capítulos específicos, possibilitando ao leitor uma seleção prévia do que se pretende ler, pois cada capítulo da obra trata de um assunto. Os dezenove capítulos da obra estão organizados da seguinte maneira:

I - Em que se declara a grandeza e dignidade do Sacramento do Matrimônio, fundamento da família;

II - Em que se mostra com que disposição se há de abraçar o estado matrimonial;

III - Em que se começa a declarar quais os deveres dos casados, e primeiramente os do marido para sua esposa;

IV - Em que se declaram os deveres da esposa para com o esposo;

V - Do amor conjugal e dos vários modos por que se manifesta;

VI - Em que se mostram alguns exemplos de esposos virtuosos;

VII - Da fidelidade que os casados se devem guardar;

VIII - De uma desordem que perturba a união conjugal;

IX - Do primeiro bem do Matrimônio, que é a prole; e dos primeiros cuidados da mãe;

X - Do quanto importa tratar da educação dos meninos logo desde os tenros anos;

XI - Da instrução religiosa que os pais devem dar a seus filhos;

XII - Em que se declara a necessidade de instruir meninos sobre a Igreja, decálogo, os sacramentos e a oração;

XIII - Da instrução literária que se deve aos meninos, da escolha dos mestres e da educação física;

XIV - Em que se mostra na história de dois irmãos quais os frutos de uma sólida instrução literária e de uma boa educação;

XIV (Continuação) - Em que se mostra ainda na vida de uma jovem o triunfo de uma educação verdadeiramente cristã;

XV - Da correção e bom exemplo;

XVI - Em que se declara quanto tem de fazer uma senhora de casa para bem governá-la;

XVII - Em que se mostra o belo exemplo de uma mãe de família;

XVIII Em que se declaram os deveres dos filhos para com os pais;

XIX - Em que se explicam os deveres dos servos e domésticos.

‘O Livro da Família’ foi destinado a dois públicos distintos: aos diocesanos, primeiramente, e às famílias brasileiras, especialmente as católicas. Macedo Costa destina a obra aos diocesanos pela grande necessidade de doutrinar moral e espiritualmente a família:

Quando dei a lume ofereci aos meus diocesanos em 1875, um ligeiro esboço dos deveres da família, tal foi a saída e aceitação que teve aquelle, se bem muito imperfeito, opúsculo, que logo compreendi a necessidade de tratar o assunto em mais amplo quadro. A anciã da leitura estava indicando claro a necessidade da doutrina (COSTA, 1933, p. 1).

Os diocesanos eram sacerdotes fiéis da igreja Católica Romana. Eram responsáveis por ensinar às famílias as virtudes das práticas religiosas. Esses religiosos eram constituídos pelo modelo de espiritualidade francesa, a qual tem uma completa fidelidade ao Pontificado Romano. É dessa ala que faz parte D. Macedo Costa, (DUARTE, 2005, p. 133).

A obra também foi dedicada às famílias brasileiras, uma vez que estas precisavam se apropriar das instruções que o bispo ensinava. O bispo enfocava que “a constituição da família não é coisa arbitrária; é de direito natural e divino positivo”, por isso, dizia: “foi o meu intento oferecer, em um todo bem ordenado os princípios e regras que constituem a família cristã” (COSTA, 1933, p. 1). Para o religioso, se as famílias observassem essas verdades sólidas, teriam verdadeira felicidade, paz e harmonia:

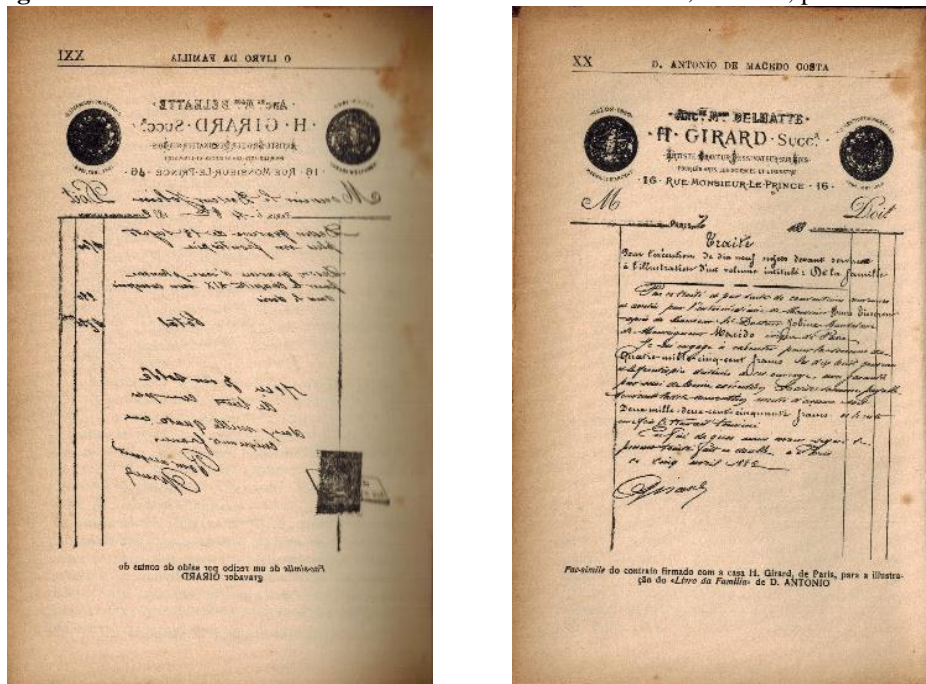
Esses dictames são, essas verdades solidas, esses princípios sagrados, de cujo exacto conhecimento e fiél observância dependem a boa ordem, a harmonia e a felicidade das famílias (COSTA, 1933, p. 2).

Nota-se que o discurso do bispo baseava-se na observância das regras e normas que uma família deveria cumprir para que realmente alcançasse harmonia e felicidade. Nesse período, a figura feminina estava ganhando mais espaço na sociedade, visto que o modelo de civilização europeia é imitada no Brasil, com seus costumes, dando assim à figura feminina um novo papel: o de estudar e trabalhar fora do lar (COSTA, 1933, p. 30). Martins (2005, p. 16) enfatiza a imagem da “mulher ideal” construída pelo bispo católico, “aquela que segue as regras da religião, teme à Deus e sabe como cuidar dos maridos e dos filhos” (MARTINS 2005, p. 16).

A obra também foi organizada pelo autor para ser ilustrada por meio de um contrato firmado em Paris, a 05 de maio de 1882, com a casa H. Girard, contendo ordens para a execução da ilustração da obra, importando tudo em *quatro mil e quinhentos francos* (COSTA, 1933, p. 18).

A construção composicional d’O Livro da Família também contava com ilustração por parte do seu autor:

Figura 07: *Fac-simile* do contrato firmado com a casa *H. Girard*, de Paris, para a ilustração do Livro.



Fonte: *O Livro da Família*, segunda edição, Vozes, 1933

Infelizmente, o desejo do Bispo em ilustrar sua obra não foi possível. A primeira edição não pode ser ilustrada conforme a vontade do seu autor, como já esclarecido neste trabalho.

A editora tem um papel bastante importante no sentido de legitimar os discursos atravessados na obra. A obra em análise foi editada pela editora Vozes, a editora brasileira que existe há mais de cem anos, sendo a mais antiga casa editorial do Brasil em funcionamento (ANDRADES, 2001, p. 3). Suas áreas são: Cultura, Religião e Catequese. A obra está estreitamente vinculada com o tipo de editora que a publica, visto que ambas seguem as mesmas linhas de conteúdo e reconhecimento. A editora e a obra seguem a linha de doutrinação voltadas exclusivamente para a igreja católica, por isso, parece haver uma elevada forma de ideologias religiosas presentes na obra. As disseminações desses valores e normas sociais se deu, sobretudo, por meio dessas ideologias travessadas nos livros didáticos e de leituras (DUARTE, 2018, p. 241).

Na segunda edição da obra (1933), é publicado o prefácio da primeira edição, de autoria de Eugênio Vilhena de Moraes, um também defensor das práticas do catolicismo. Logo na primeira linha, o prefaciador enaltece a obra, dando-lhe tantas virtudes a ponto de ser comparada e tida como base de composição para a obra do pontífice Pio XI, “*Casti Connubii*”. Eugênio Vilhena de Moraes faz questão de escrever sobre a grande importância da obra:

Unanimemente elogiosa, foi, como era de se esperar, a recepção feita pela crítica autorizada ao ‘Livro da Família’, já agora como joia preciosa, definitivamente incorporado ao rico patrimônio da litteratura nacional. O seu apparecimento designou-se o Eminentissimo Sr. Cardeal Arcebispo D. Sebastião Lem qualifical-o como “nobre e grande serviço prestado à Igreja e à Pátria” (COSTA, 1933, p. 7).

Sendo assim, a obra de Dom Macedo Costa transmitiu valores e regras que foram parabenizadas por grandes nomes da sociedade católica, graças também à grande influência do educador católico em propagar suas ideias de educação em meio a uma sociedade familiar que caminhava para a dessacralização.

CONCLUSÃO

Temos grandes intelectuais paraenses que tiveram um papel importantíssimo na educação, visto que suas obras eram de conteúdo riquíssimos para a educação moral, cívica e secular. Dom Macedo Costa foi um deles. Foi um intelectual que buscou doutrinar a família paraense à luz dos preceitos católicos.

Com uma formação diocesana baseada na rigidez das tradições católicas, Dom Macedo Costa combateu a maçonaria, o liberalismo e o protestantismo, colocando a religião católica como a única legítima e levou essa ideologia para as páginas d'O Livro da Família. A Igreja se considerava a única autoridade religiosa e descredenciava as demais religiões. Contudo, não foi possível seu perpétuo firmamento como tal, haja vista ela mesma não poder solucionar nem mesmo seus problemas internos, tampouco, poderia solucionar todos os problemas do povo.

As ideologias ensinadas através da obra, postulavam uma solução para a deterioração moral da sociedade. O autor postulava que a criança deveria ter uma formação cristã desde cedo feita exclusivamente pelos pais a partir das regras e ensinamentos repassados a estes através da igreja católica.

Muitos projetos de educação pensados pelo bispo foram concretizados, incluindo a criação de instituições e asilos que atendessem crianças e jovens considerados desvalidos e sem voz na sociedade imperialista. Entretanto, alguns projetos pensados pelo bispo nem sequer saíram do papel. Cito por exemplo a ideia de construir um navio-igreja com o objetivo de levar a educação secular e religiosa ao povo ribeirinho da Amazônia, visto ser essa área abandonada pelas políticas do Estado e também pela falta de sacerdotes para instruir e atender o povo.

Através da obra "O Livro da Família", Dom Macedo Costa busca fortalecer as bases sólidas advindas da igreja. Através da análise da obra como objeto físico, é possível compreender as ideologias que atravessavam a obra e a forma com que o autor tenta impor um modelo de educação e moral pautados na religião católica. Através dos indicativos implícitos e explícitos vemos que a obra se caracteriza como um livro de leitura com uma função social bem definida e que foi usada pelos diocesanos, que era incutir as doutrinas do catolicismo romano ao povo, especialmente às famílias paraenses, a fim de promover o ensino das verdades da fé católica, como principal temática da obra.

O gênero livro de leitura se caracteriza pelo estilo de modalidade padrão da língua portuguesa, sua construção composicional é idealizada para um público específico, a saber, os

diocesanos e às famílias brasileiras e seu conteúdo temático envolve orientações sobre os deveres domésticos segundo as normas do cristianismo. Como um gênero discursivo, a obra está inserida num contexto sócio, histórico e cultural bem delimitado, qual se deu no período imperial. O Livro da Famíliaa foi de grande importância como livro de leitura para a instrução moral e religiosa da família paraense.

Ao se falar sobre a história dos livros no Brasil, vemos como autores brasileiros foram decisivos para consolidar a produção e publicação de obras que foram utilizadas para o ensino no Brasil.

É imprescindível destacar a importância de estudar a história do livro na Amazônia, tendo em vista o grande acervo de obras produzidas e publicadas na região na segunda metade do século XIX. Autores como Antônio de Macedo Costa, Hygino Amanajás, Paulino de Brito, dentre outros, que tiveram uma grande importância na história da educação na Amazônia. Suas obras, tanto de cunho moral, cívico e secular deixaram grandes contribuições para a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte primária

COSTA, Antônio de Macedo. **O Livro da Família**. Segunda edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1933.

Outras fontes

ANDRADES, Marcelo Ferreira de. **Fidelidade como receita de sucesso: um estudo de caso da editora Vozes nas primeiras décadas do século XX**. I Seminário brasileiro sobre o Livro e História editorial. Realização: FCRB – UFF/PPGCOM – UFF/LIHED. RIO DE Janeiro, 2004.

AZZI, Riolando. **A presença de D. Antonio de Macedo Costa na Igreja do Brasil**. Cadernos de história da igreja no Brasil. São Paulo, v. 1. p. 7-29, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BRAIT, Beth. Bakhtin: **conceitos-chave** / Brait, Beth, (Org.). – 5.ed., 4ª reimpressão. – São Paulo; Contexto, 2017.

BRAIT, Beth. Bakhtin: **outros conceitos-chave** / BRAIT, Beth (Org.). – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo; Contexto, 2016.

COSTA, Antonio de Macedo. **A Amazônia: meio de desenvolver sua civilização**. Pará: Typografia do Livro do Commercio, 1883.

COSTA, Benedito Gonçalves; FRANÇA, Maria do P. Socorro G. S. Avelino. **O projeto educativo do bispo Dom Antonio de Macedo Costa para Civilizar a Amazônia paraense na Segunda metade do século XIX**. Revista Cocar. Belém/Pará, vol. 9, n. 17, p. 69-84. Jan-jul. 2015.

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã**. Pará: Pontes, 2018.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

LUSTOSA, Antonio de Almeida. **Dom Macedo Costa: bispo do Pará**. 2. ed. Belém: SECULT, 1992 (Lendo o Pará, 13).

MARTINS, Karla Denise. **Cristóforo e a romanização do Inferno Verde: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890)**. Tese de Doutorado. 218p. Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

PASCHOAL, Maíra Guimarães. **Por uma história geral e filosófica do Brasil: o IHGB nos limites da modernidade europeia**. XXVII Simpósio Nacional de História; conhecimento histórico e diálogo social, Natal/RN – 22 a 26 de julho de 2013.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria bandeira de mello, **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectiva de pesquisa**. Revista Brasileira de História, vol. 19 n. 37 São Paulo, setembro 1999. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/tem/v19n37.pdf>>. Acesso em 19/10/2018.